

Adriana Ramos Leite Tostes



**PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ARTE VISUAL APÓS A LDBEN
9394/96 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR
VALADARES**

Especialização em Ensino de Artes Visuais

Belo Horizonte
Escola de Belas Artes da UFMG
2014

Adriana Ramos Leite Tostes

**PRÁTICAS EDUCATIVAS DE ARTE VISUAL APÓS A LDBEN
9394/96 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR
VALADARES**

Especialização em Ensino de Artes Visuais

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais do Programa de Pós-graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ensino de Artes Visuais.

Orientador (a): Henrique Augusto Nunes
Teixeira

Belo Horizonte
Escola de Belas Artes da UFMG

2014

Tostes, Adriana Ramos Leite, 1964 -
Práticas Educativas de Arte Visual após a LDBEN 9394/96 nas
Escolas Municipais de Governador Valadares: Especialização em Ensino
de Artes Visuais / Adriana Ramos Leite Tostes. – 2014.
65 f.

Orientador (a): Henrique Augusto Nunes Teixeira

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes
da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em
Ensino de Artes Visuais.

1. Artes visuais – Estudo e ensino. I. Teixeira, Henrique Augusto
Nunes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes.
III. Título.

CDD: 707



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Belas Artes
Programa de Pós-Graduação em Artes
Curso de Especialização em Ensino de Artes Visuais

Monografia intitulada *Práticas Educativas de Arte Visual após a LDBEN 9394/96 nas Escolas Municipais de Governador Valadares*, de autoria de Adriana Ramos Leite Tostes, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Henrique Augusto Nunes Teixeira - Orientador

Natália Martins Carneiro

Prof. Dr. Evandro José Lemos da Cunha
Coordenador do CEEAV
PPGA – EBA – UFMG

Belo Horizonte, 2014

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG – CEP 31270-901

Agradecimentos

Agradeço a Deus por ter me dado às condições de chegar ao fim deste trabalho apesar de todas as adversidades enfrentadas, ao Orientador, aos entrevistados e funcionários da SMED que se colocaram à disposição para colaborar com meu processo de pesquisa e aos meus familiares que entenderam minha falta de tempo em vários momentos para a finalização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o quanto e como as práticas educativas dos professores de Artes Visuais das escolas da Rede Municipal de Governador Valadares, avançaram na busca de garantir a Arte como área de conhecimento. Analisando se ocorreram avanços significativos com a obrigatoriedade legal da LDBEN 9394/96, que pela primeira vez obriga nos currículos a Arte como área de conhecimento. Além de verificar nessas práticas se tem grandes influências da Abordagem Triangular de Barbosa (1998) ou de outras bases teóricas e metodológicas. Para entender essas práticas atuais, este estudo contextualizou historicamente a importância da Arte nas relações humanas desde a antiguidade, sua necessidade na construção de identidade de um povo e o quanto se faz necessária para o Brasil na construção da sua identidade com suas raízes diversas, tanto quanto da sua valorização para o desenvolvimento educacional do Brasil.

Palavras-chave: Artes Visuais. Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares. Arte. Lei de Diretrizes da Educação Nacional. Abordagem Triangular. Contextualização histórica de Arte.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
Cap. 1 - Arte como Área de Conhecimento.....	10
1.1 Introdução.....	10
1.2 Ensino de Arte.....	15
Cap. 2 - O Ensino de Artes Visuais nas Escolas Públicas Municipais de Governador Valadares.....	27
2.1 Introdução.....	27
2.2 Estudos com Professores de Arte.....	33
Cap. 3 – Análise qualitativa dos dados.....	49
Cap. 4 – Considerações Finais.....	56
Referências.....	59
Anexo A – Declaração da Secretaria Municipal de Educação sobre a veracidade dos dados coletados.....	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar se as práticas de Artes Visuais dos cotidianos escolares das escolas da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares tem se modificado e o quanto avançou em função da garantia legal de Arte como área de conhecimento como prevê a LDBEN 9394/96.

O primeiro capítulo trata sobre o ensino da Arte, considerando para além das conceituações do que é Arte, a sua importância como área de conhecimento no entendimento da cultura de um país como comenta BARBOSA (1999) e bem como de ser um direito do cidadão de acesso aos bens culturais como fala Saviani (2002) para uma educação que atenda o Século XXI.

Contextualiza mais detalhado um recorte histórico da Arte no Brasil e de sua inserção nos currículos brasileiros, até o grande avanço de sua inserção legal nestes como área de conhecimento.

Tenta ainda mostrar o quanto a Abordagem Triangular de Barbosa (1998) influenciou em mudanças teóricas significativas da Arte-Educação e sobre a importância da inclusão legal de Arte como área de conhecimento nos currículos pela LDBEN 9394/96, refletindo sobre as mudanças das práticas a partir desta conquista legal.

Destaca também a "Abordagem Triangular" dos estudos de Ana Mãe Barbosa (1998) influenciando as questões teórico-metodológicas nas práticas escolares.

E reflete sobre a importância do profissional que trabalha com Arte, entender melhor toda essa contextualização histórica e estudos de Arte-Educação na construção de suas práticas.

No segundo capítulo analisa o histórico da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares e de como a Arte foi sendo inserida em seus currículos, buscando a partir desse histórico analisar a realidade atual das práticas de Artes Visuais, principalmente depois da garantia legal da LDBEN 9394/96 de inclusão de Arte nos currículos como área de conhecimento.

E apresenta também entrevistas objetivando analisar como são as características bem como os avanços dessas práticas atuais de Artes Visuais na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares.

Em síntese, todo esse estudo pretende ampliar possibilidades e reflexões de como as práticas de Artes Visuais nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares tem se modificado a partir da LDBEN 9394/96 e se vem realmente garantindo a Arte como área de conhecimento.

CAPÍTULO 1 - ARTE COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

1.1 Introdução

Ao longo de sua história a Arte sofreu diversas conceitualizações como campo de conhecimento. Sua definição é ainda um campo em disputa.

O verbete *Arte* no Dicionário Aurélio define que é a “Capacidade Humana de criação e sua utilização com vistas a certo resultado, obtido por diferentes meios” (Aurélio, 2011, p. 105). Essa definição de Arte é um aspecto das sociedades humanas que pode ser observado desde a antiguidade.

Comenta sobre isso o PCN/Arte (1997) quanto à presença desse ato criativo nas expressões estéticas de quase todas as produções culturais de um povo no decorrer da história da humanidade e a importância de suas aprendizagens.

Desde o início da história da humanidade a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e a aprendizagem da arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos. No entanto, a área que trata da educação escolar em artes tem um percurso relativamente recente e coincide com as transformações educacionais que caracterizaram o século XX em várias partes do mundo. (PCN/Arte, 1999, p. 130)

Pode-se assim especular que este ato criativo está caracterizado nos desenhos rupestres, encontrados nas cavernas em eras primitivas. Tais imagens eram marcas representativas das relações, sejam cotidianas, ritualísticas ou simbólicas, daquele contexto cultural.

Essa reflexão encontrada no PCN/Arte (1997) leva a supor que em seu processo de expressão estética desde as primeiras civilizações, o ser humano além de produzir cultura, construiu e descobriu novos conhecimentos, mudando suas relações cotidianas e as quais são de muita importância suas aprendizagens.

Esse comentário no PCN/Arte (1997) remete à reflexão de quanto o ato criativo promove a produção de possibilidades de expressão, de novas descobertas, como por exemplo, a do papel e escrita, que alteraram as formas de representação do ser humano.

Barbosa (1999) aponta para estas questões criativas da Arte na compreensão de uma cultura, caracterizando-a como uma linguagem diferente das outras e que representa simbolicamente uma sociedade ou grupo social.

Através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças. A arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursivas e científicas. Não podemos entender a cultura de um país sem conhecer sua arte. (BARBOSA, 1999, p.2)

A Arte assim como comenta Barbosa (1999) é um ato criativo que oportuniza as sociedades em entenderem melhor a cultura de um país, podendo oportunizar maior criticidade ao criar e não só mera reprodução, proporcionando maior criação e recriação de inúmeras possibilidades de pensar, produzir e agir.

De acordo com Pimentel (2008) é importante se pensar o ensino de Arte, além de sua conceituação, campo ainda em disputa, mas considerando o que a humanidade fez quanto a valorizá-la como conhecimento ao longo de sua evolução, criando e recriando formas de expressão nas diversas culturas. “Para se chegar ao que é Arte e seus significados, é importante compreender as transições de concepções ao longo da história, dialogar com as incertezas e estar aberto para as múltiplas verdades.” (PIMENTEL, 2008, p.2). Dessa forma é de grande importância pesquisar sobre estes conhecimentos que a humanidade desenvolveu dentro do contexto da Arte.

Pode-se aqui ainda refletir, principalmente ao se observar seu pequeno espaço na educação, onde só foi garantida como área de conhecimento nos currículos do Brasil apenas na última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9394/96, nos levando a supor que essa necessidade de expressão criativa da humanidade, sua necessidade de Arte como manifestação desta expressão, foi perdendo espaço como conhecimento ao longo da história humana em função dos contextos sociais.

Em função da produção econômica em uma determinada época, o artesão era valorizado pela sua habilidade de produção aplicada em série, promovendo mais

valor, do que pela sua capacidade criativa de construções imaginativas de uma expressão cultural.

Inclusive as questões econômicas levaram povos a conquistarem outros e desta forma, construir uma hegemonia cultural sobre estes, sendo por isto importante como se reflete nos PCNs (1999), que os professores entendam esses processos recíprocos de influência cultural.

Compreender a formação das sociedades européias e das relações entre sua história, viagens de conquista, entrelaçamento de seus processos políticos com os do continente americano, em particular América do Sul e Brasil, auxiliará professores e alunos a formarem referencial não só de conteúdos específicos, como também da estruturação de processos de influência recíproca. Isso é especialmente importante para o momento atual, quando o quadro internacional interfere no cotidiano do cidadão de muitas e variadas formas. (PCN/Pluralidade Cultural, 1999, p. 130).

Importante entender essas Influências recíprocas já que elas também alteraram a produção de conhecimento da Arte, onde o criar dentro deste contexto, poderia ser menosprezado ou valorizado enquanto conhecimento, dependendo do contexto de lutas hegemônicas entre essas sociedades.

Pensando nessas questões de influência cultural o Brasil percorreu um longo caminho de lutas contra a hegemonia de outros povos que aqui vieram em busca de apenas retirar o que se tinha de precioso no país.

Nesse cenário de conquistas o Brasil teve grande dificuldade no desenvolvimento de sua própria identidade, onde, por exemplo, a cultura indígena e negra foi desvalorizada como pagãs e excluídas, tudo era trazido da Europa pelos povos que aqui se estabeleciam e seus valores culturais eram os que dominavam.

Diante dessa realidade histórica desde o descobrimento, o Brasil não recriava sua cultura, mas incorporava os traços dos povos hegemônicos da Europa e passava por grande dificuldade na construção da sua própria identidade cultural Brasileira.

O samba de Sargento (1979) descreve um pouco essa luta cultural dos povos que aqui se instalaram, divagando poeticamente como os referenciais da cultura negra agonizaram, mas não morreram e conquistaram a elite fidalga.

Samba
agoniza mais não morre
alguém sempre te socorre
antes do suspiro derradeiro

Samba
negro forte destemido
foi duramente perseguido
na esquina, no botequim, no terreiro

Samba
Inocente pé no chão,
A fidalguia do salão
te abraçou, te envolveu

Mudaram toda sua estrutura
te impuseram outra cultura
e você não percebeu

(Nelson Sargento, 1979, "Agoniza mais não morre")

Com esse histórico no Brasil a Arte dos colonizadores, da elite da época, se sobrepôs e foi mais valorizada nos currículos escolares.

Da colonização até os dias de hoje foram enormes disputas em busca da valorização da Arte nos currículos por uma criação com marcas representativas de uma identidade cultural própria brasileira, que na verdade tem raízes diversas.

Inclusive também foi grande a influência da hegemonia Americana como base dos referenciais culturais do Brasil e elemento nessas disputas nos currículos escolares.

Observam-se essas influências nessa descrição de Sader (2004) ao falar da cultura popular que foi americanizada em todo lugar.

No primeiro período - de 1945-1967/73- os Estados Unidos eram "inquestionavelmente a potência hegemônica no sistema-mundo", combinando a superioridade econômica, militar, política e cultural sobre cada uma e todas as outras potências no sistema-mundo. A superioridade econômica "esmagadora" se combinava com uma superioridade militar. Nova York tornou-se a central da cultura mundial "e em todo lugar a cultura popular foi americanizada" (SADER, 2004, p. 5).

Podemos observar nesse trecho de Sader, como foi grande a influência da cultura americana no mundo em função do seu poderio econômico e militar, nos levando a refletir em como essa força se agiganta com o grande advento do cinema, proporcionando pela cinematografia que essa ideologia cultural se popularizasse.

Dessa forma os valores americanos influenciaram bastante também as questões culturais no Brasil e seus currículos.

Apesar de todas essas questões hegemônicas de outras culturas sobre a do Brasil, nos dias de hoje tem ressurgido uma maior valorização por suas raízes diversas e a tentativa de reconstrução de sua identidade cultural.

Essa maior valorização da diversidade no Brasil pode-se observar com a elaboração de um PCN (1997) específico sobre Pluralidade Cultural, para tratar deste tema nos currículos brasileiros.

A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (PCN/Pluralidade Cultural, 1997, p. 19).

Essa preocupação na educação pela diversidade, de valorização dos povos que compõem este imenso Brasil na construção da identidade cultural do país aparece mais forte e pela primeira vez no PCN – Pluralidade Cultural (1997).

Nesse PCN se reflete sobre a importância do aluno conhecer o Brasil em suas várias raízes e como todas são importantes para entender melhor essa rede de identidade cultural da qual é parte.

Sobre essas questões de identidade cultural, Barbosa (1999) reflete que a Arte é de grande importância para negar ou rejeitar uma imagem na sociedade.

A função das artes na formação da imagem da identidade lhe confere um papel característico dentre os complexos aspectos da cultura. Identificação é sempre a produção de "uma imagem de identidade e transformação do sujeito ao assumir ou rejeitar aquela imagem reconhecida pelo outro". (BARBOSA, 1999, p. 2)

Para Barbosa (1999) a Arte promove condições ao sujeito de assumir ou rejeitar uma imagem aceita pelo outro, onde os bens culturais quando de conhecimento deste lhe favorece a isto.

Assim, pode-se analisar como é de grande importância a Arte dentro dos currículos escolares como um conhecimento, que como todos os outros, são fundamentais na construção cultural da sociedade.

1.2 Ensino de Arte

A Arte apesar de ser um conhecimento de grande importância, não teve ao longo do histórico dos currículos escolares brasileiros o mesmo destaque como o de outras disciplinas, analisa Tourinho (2002).

E sobre essa importância de Arte nos currículos escolares, Tourinho (2002) argumenta que são várias defesas, envolvendo vários argumentos e que nenhum deles deve ser descartado, mas estes não compreendem a atividade do ato criativo na reflexão do seu papel histórico, social e cultural dentro da sociedade.

Dentre os argumentos mais conhecidos, mas nem sempre educacionais ou artisticamente sustentáveis Tourinho (2002) apresenta como defesa para a aprendizagem de Arte:

1. Desenvolvimento moral, da sensibilidade e da criatividade do indivíduo.
2. Forma de recreação, de lazer e de divertimento.
3. Artifício para a ornamentação da escola e como veículo para a animação de celebrações cívicas ou familiares naquele ambiente.
4. Apoio de aprendizagem e memorização de conteúdos de outras disciplinas.
5. Benefício ou compensação oferecida para acalmar, resignar e descansar os alunos das disciplinas consideradas sérias, importantes e difíceis.

Argumentos os quais Tourinho (2002) evidentemente não caracteriza como fundamentação sólida para argumentar da necessidade dessa disciplina, apesar de carregarem alguns elementos próprios da Arte os de divertimento, sensibilidade, participação em festas e rituais, relaxamento e outros desejos do dia a dia.

Esses argumentos despem o ensino de Arte da reflexão, da crítica e da compreensão histórica, social e cultural desta atividade na sociedade.

Já Barbosa (1999) com seus estudos propicia a reflexão da defesa da Arte nos currículos de forma que através da mesma se tem várias representações culturais de uma sociedade ou grupo social, podendo ser a educação o mais eficiente caminho para estimular a consciência cultural do indivíduo, começando pelo reconhecimento e apreciação da cultura local.

Descreve ainda Tourinho (2002) que os currículos escolares brasileiros são compostos por disciplinas que nem sempre foram estas que existem e que estas

sofreram diversas modificações em função dos contextos sociais de cada época no Brasil.

Ainda fala que até mesmo as disciplinas mais estáveis como Matemática, Português, Geografia e Ciências sofreram modificações quanto à abordagem e conteúdo hoje sugeridos.

Tem-se, portanto várias disputas que ocorreram quanto ao espaço das disciplinas no currículo escolar ao longo da história educacional no Brasil.

Esses currículos ao longo do tempo passaram por debates que implicaram em disputas quanto à total de carga horária e importância dos conteúdos escolares, sendo ainda parte de várias reivindicações em todas as esferas públicas quanto a essas disputas.

Essas considerações são importantes para se entender melhor porque a Arte é tratada desta ou daquela forma nas escolas, onde inclusive os argumentos de defesa que Tourinho (2002) descreve não deram muita força para essas disputas.

Os estudos de Barbosa (1999) favorecem a discussão da defesa da Arte na escola se diferindo dessas outras defesas descritas por Tourinho (2002), ao refletir o papel do ato criativo estético, como um conhecimento muito importante na construção do indivíduo e proporcionando uma melhor compreensão do seu papel social e cultural.

As análises teóricas de Barbosa (1998), principalmente a Abordagem Triangular, proporcionaram a percepção da Arte com novas formas de ver o mundo e de representá-las com registros diferenciados, refletindo-a como também uma construção humana que envolve relações com os contextos culturais, socioeconômico, histórico e político.

Para uma triangulação consciente, que impulse a percepção da cultura do outro e relativize as normas e valores da cultura de cada um, teríamos que considerar o fazer (ação), a fruição estética da Arte e a contextualização, quer seja histórica, cultural, social, ecológica etc. (BARBOSA, 1998, p.92).

A partir do ato de experimentar na Abordagem Triangular, uma técnica ou várias possibilita uma investigação estética que promove um processo de criação aberto a várias possibilidades que são percebidas com fenômenos históricos únicos.

Nesse sentido, a abordagem triangular proposta é mais coerente com a complexidade da Arte, pois possibilita que os programas ou processos pedagógicos e didáticos possam ser construídos a partir das peculiaridades de cada situação.

Tais considerações implicam em olhar uma produção estética levando em conta o contexto que foi criado, pois o artista percorre toda uma relação de significados dentro do mundo.

Significados esses criados em função de toda uma leitura pessoal entrelaçada ao seu contexto cultural e social sobre o qual o artista pensa, criando e recriando possibilidades.

Pode-se observar dessa forma que Barbosa (1999) com seus estudos, principalmente pela proposta da Abordagem Triangular abre maior debate sobre as práticas educativas de Arte e fortalece as disputas por maior espaço de Arte dentro dos currículos.

Os estudos de Barbosa (1999) também promoveram a importância da Arte como conhecimento dentro do espaço educativo e cultural para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

Assim Barbosa (1998) favoreceu o desenvolvimento da Arte no Brasil enquanto área de conhecimento, a refletindo para além de um modo de pensar, ou produzir criativamente e esteticamente.

O PCN – Arte (1997) analisa a Arte como essa área de conhecimento relevante para o desenvolvimento do aluno, onde criar e conhecer são indissociáveis e suas aprendizagens devem acontecer dentro de práticas contextualizadas, onde o aluno tenha uma compreensão do mundo através da veia poética.

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser flexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. (PCN/Arte, 1999, p.21)

Como exemplo dessas práticas o PCN sugere que por meio do convívio com o universo da arte, os alunos podem conhecer o fazer artístico como experiência poética, como desenvolvimento de potencialidades (percepção, reflexão,

sensibilidade, imaginação, intuição, curiosidade e flexibilidade), como interação, como forma e produção cultural.

Assim o PCN – Arte (1997) conduz a percepção que essa garantia de Arte como área de conhecimento deverá ser referência permanente de objetos de estudo e produção de novos conhecimentos, se quiserem promover essa compreensão de mundo e acesso a esses bens culturais do país, podendo desta forma favorecer a uma reestruturação do ensino de Artes Visuais.

Dessa forma uma aprendizagem que possa promover o acesso a estes bens culturais em Artes visuais aponta para que se considere o conhecimento da História da Arte, analisando obras de artes específicas dentro de uma contextualização histórica.

Podendo-se também interpretar e identificar nas Artes Visuais os materiais, técnicas, a autoria da obra, a época e o local da criação, relacionando seu sentido ou função numa determinada sociedade e cultura.

Lembrando que como analisa Barbosa (1998) a experimentação deve dar maior significado a aprendizagem das Artes Visuais, com possibilidades e momentos decisivos no processo de investigação, provocando também o aparecimento de questões específicas, sobre o material e suas texturas, cores, luz, ângulos e tantos outros conhecimentos.

Como exemplo podemos observar uma experimentação muito proposta nas escolas da releitura da Monalisa (1506), que a partir de uma contextualização e apreciação da obra de Leonardo da Vinci, deve se destacar a técnica do sfumato, as curiosidades que envolvem a grande fama desse quadro, o momento histórico e as concepções de beleza de Arte da época, bem como as possibilidades atuais em relação à obra e que novas construções de releitura com uma variedade de materiais e possibilidades, podem ser realizadas.

Todas essas reflexões sobre Arte nos currículos necessitam estar associadas às questões sobre o tipo de Educação que se quer na atualidade.

Importante assim, refletir sobre educar nas concepções do século XXI, que como fala Saviani (2000) é proporcionar ao educando igualdade de acesso aos bens culturais.

Saviani (2000) ainda destaca que se pretendemos um dia realmente alcançarmos esta meta educacional no Brasil, de acesso aos bens culturais é necessário oportunizar no processo educativo, como um direito do cidadão, a Arte como área de conhecimento.

Dessa forma, o processo educativo necessita incorporar às práticas educativas essas necessidades culturais da Arte como conhecimento e direito do cidadão.

Assim, de acordo com Saviani (2000) deve-se dar maior relevância cultural à Arte como direito do cidadão e importância escolar como área de conhecimento no currículo para favorecer esta necessidade cultural.

Analisa ainda Saviani (2000) que tais fundamentos, de tratar a Arte como área de conhecimento dentro deste contexto cultural e de direito, são de grande importância para um profissional que pretende ser educador no Brasil nas escolas e ou museus com Artes Visuais.

Seja o professor artista ou não, ele deve desenvolver a necessidade de tratar a Arte não como dom (que é uma espécie de crença), mas como uma área de conhecimento, que bem contextualizada cria e recria significados, onde seus sujeitos são interferentes nesta relação de aprendizagem.

Importante destacar assim que fazer e ensinar/aprender Arte é uma ação processual, pois envolve um conhecimento em movimento permanente interno e externo. Envolve também uma transversalidade dentro de outros conhecimentos e é muito relevante para o desenvolvimento do indivíduo e da cultura de um país.

Toda essa análise da importância da Arte no desenvolvimento cultural de uma sociedade, da sua importância no processo educativo e da necessidade de mudanças das práticas educativas em função de novas pesquisas, foram disputas teóricas ao longo de muito tempo no Brasil e só foi garantida nos currículos como área de conhecimento legalmente pela primeira vez, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

Essa garantia legal colaborou em facilitar os caminhos, fortalecendo as disputas por Arte nos currículos brasileiros, mas as quais ainda serão longas e que deverão propiciar maior estudo em formação permanente para garantia das práticas como área de conhecimento, além das disputas políticas para mudar e garantir o que a lei já garante.

A lei não muda as práticas, mas já favorece ao abrir a reflexão das práticas para dentro deste contexto, como apontado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), onde se pode ver claramente a influência da Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa (1998).

Dentre as várias propostas que estão sendo difundidas no Brasil na transição para o século XXI, destacam-se aquelas que têm se afirmado pela abrangência e por envolver ações que, sem dúvida, estão interferindo na melhoria do ensino e da aprendizagem de arte. Trata-se de estudos sobre a educação estética, a estética do cotidiano, complementando a formação artística dos alunos. Ressalta-se ainda o encaminhamento pedagógico-artístico que tem por premissa básica a integração do fazer artístico, a apreciação da obra de arte e sua contextualização histórica. (PCN/Arte, 1999, p.20)

Observa-se assim que a Arte como área de conhecimento no Brasil garantida nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, favoreceu a grandes modificações, abriu novas possibilidades, novos rumos e é um grande avanço ao proporcionar essa obrigatoriedade.

Esses avanços, podemos apontar ao observarmos no PCN- Arte (1999) um novo norte para as práticas de Arte, ao verificar também como os estudos sobre Arte-Educação de Barbosa (1998) da Abordagem Triangular tem possibilitado novas reflexões sobre essas práticas nos cotidianos escolares e como também tem promovido a necessidade de novos estudos.

No entanto tal obrigatoriedade legal abriu espaços para esses avanços, mas não modifica, necessariamente, as práticas educacionais, nem totais de carga horária e ou importância como conteúdo escolar, como poderemos analisar no decorrer das entrevistas realizadas com os professores da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares.

Esta superação das práticas educativas como prevê a lei supomos que depende de maior pesquisa na área de Arte, com maior rigor acadêmico, pois como analisa Pimentel (2008) estes estudos acadêmicos sobre Arte são bastante recentes, sendo ainda mais recente quando se trata das práticas do ensino de Arte.

Essas considerações de Pimentel (2008) conduzem para suposições de quanto estudo ainda será necessário para mudanças significativas nas práticas educativas.

Inclusive Pimentel (2008) afirma que quanto aos estudos de Arte-Educação Barbosa (1987) é pioneira, assim podemos observar quanto pouco tempo estas pesquisas nesta área acontecem.

Essa importância da Arte neste contexto de construção e reconstruções culturais no processo educativo, ainda terá uma grande caminhada.

Essa caminhada, por exemplo, nos remete a necessidade de reformulação dos cursos de Graduação de Arte, aberturas de alternativas para Licenciaturas de Arte-Educação, para além de cursos de dois anos, como já ocorreu, apenas para instrumentalizar a sociedade de profissionais como na década de 70 com a obrigatoriedade legal de Educação Artística e que vem se repetindo devido agora a obrigatoriedade de Arte da LDBEN 9394/96.

Essas licenciaturas na década de 70 pretendiam formar um professor de Arte em apenas dois anos, que seria capaz de lecionar música, teatro, artes visuais, desenho, dança e desenho geométrico, tudo ao mesmo tempo, da 1ª à 8ª séries e, em alguns casos, até o 2º grau.

E agora atualmente não tão diferente, principalmente de acordo com os nortes dados pelo PCN – Arte (1998), esse professor polivalente em tão pouco tempo, nos leva a questão, se não vai apenas trazer conceituações pontuais ao contrário da proposta legal de Arte como área de conhecimento.

Têm-se questões a serem discutidas e aprofundadas com bastante estudo e pesquisas, tanto quanto das práticas educativas, como da construção de novos conhecimentos e possibilidades da Arte como área de conhecimento nos currículos escolares.

Nesse estudo pretendemos verificar como estão essas práticas educativas de Artes Visuais na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares após esta garantia legal, o quanto e como já se avançou.

Importante também neste estudo, para melhor compreensão das práticas educativas de Arte Visuais atuais, um recorte maior de contextualização do cenário histórico de Arte no Brasil e como foi sendo inserida nos currículos escolares do país, até seu reconhecimento legal como área de conhecimento nos mesmos.

Já foi apresentada uma breve contextualização, que demonstrou as influências de outros povos culturalmente no Brasil, pelas raízes diversas, mas importante destacar as influências ao longo da histórica que as produções estéticas sofreram.

Desta forma é importante destacar alguns pontos desse histórico de Arte no Brasil onde a partir do que Proença (2001) fala, na época do descobrimento existiam aproximadamente cinco milhões de índios, os quais tiveram grande destruição de suas culturas, criada através dos séculos, de objetos de uma beleza dinâmica e alegre.

Esses objetos tinham uma noção de beleza que estava ligada a perfeição, para além da finalidade e é representativa das tradições das comunidades, muito mais do que da personalidade do indivíduo que a fazia; principalmente na cerâmica, trançado e tecelagem, sendo muito relevante também a arte plumária e a pintura corporal.

Paralelo às disputas culturais da colonização indígena, houve a chegada de movimentos, dos quais Proença (2001) descreve a importância do Barroco pela influência da religião católica e o intenso comércio das riquezas do Brasil com a metrópole portuguesa, que assim traziam com eles os artistas e seus produtos, sendo que quanto mais surgiam novas riquezas a serem comercializadas em várias partes do país, como cana de açúcar, tabaco, algodão, madeira, ouro, dentre outras, este comércio se espalhava por essas regiões e assim com ele o barroco.

No início do século XIX o Brasil foi marcado pela chegada da família real portuguesa e a partir daí o Brasil recebe forte influência da cultura europeia como fala Barbosa (1998), onde o ensino das Humanidades começa no Brasil pela Arte.

Barbosa (1998) ainda diz que quando D. João VI aportou no Brasil criou as primeiras escolas de educação superior e dentre elas a Academia de Belas-Artes, contratando artistas da vanguarda europeia da época, todos neoclássicos, que interferiram na mudança de paradigma estético no país.

Proença (2001) define que essa aprendizagem acadêmica disseminada pela Academia de Belas Artes influenciou a Arte para a imitação dos modelos clássicos, que seguiam os princípios rígidos do desenho com assuntos mitológicos, religiosos e históricos.

Ainda apresenta Proença (2001), que na segunda metade do século XIX a estrutura socioeconômica brasileira foi se tornando mais complexa e as ideias abolicionistas e republicanas eclodiram numa variedade expressiva principalmente na literatura, apesar de ainda grande influência europeia do impressionismo, Art. Nouveau, Ecletismo, dentre outras.

No início do século XX com todas as transformações econômicas, sociais e políticas no Brasil, Proença (2001) descreve sobre a espera de uma arte nova que exprimisse esta saga desses novos tempos e que eclode atingindo seu clímax com a Semana de Arte Moderna realizada nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo.

A Semana de Arte Moderna marca um processo de valorização das raízes culturais do Brasil, ao serem expressas nas características das criações estéticas como, por exemplo, nas obras de Di Cavalcanti, Vicente do Rego Monteiro, Tarsila do Amaral dentre outros.

Esse marco com a semana mudou os rumos da Arte no Brasil, valorizando as tendências e gosto por tudo que era genuinamente nacional.

Proença (2001) ainda descreve que depois da década de 50 a Arte Brasileira evoluiu em novas e diversas direções, tendo grande ruptura com a cultura europeia do passado e maior valorização de raízes do Brasil, mas ainda foi sendo enormemente influenciada pelos Estados Unidos, devido ao poderio econômico e político sobre o Brasil e todo o mundo.

Observando a história da Arte no Brasil, percebe-se o quanto às ações educativas também foram demarcadas pelas concepções de cada época, pois a educação da Arte evoluiu do academicismo na primeira metade do século XX como fala o PCN/Arte (1999) à inclusão das disciplinas desenho, trabalhos manuais, música e canto orfeônico nos programas das escolas primárias e secundárias.

Concentrou-se assim nesse período o conhecimento na transmissão de padrões e modelos das culturas predominantes, que valorizavam o dom artístico e habilidades manuais numa visão utilitarista e imediatista da Arte; onde teatro e danças não eram incluídos no currículo e somente eram reconhecidas para as festividades escolares.

O PCN/Arte (1999) ainda descreve que o Canto Orfeônico difundiu as ideias de coletividade e civismo, princípios condizentes com o momento político do Estado Novo. Este canto perdurou por 30 anos e só foi substituído pela Educação Musical em 1961.

Depois de cerca de 30 anos de atividades em todo o Brasil, o Canto Orfeônico foi substituído pela Educação Musical, criada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1961, vigorando efetivamente a partir de meados da década de 60 (PCN/Arte, 1999, p.24).

Esta priorização do canto desde o início no processo educativo promoveu o avanço musical também até nos anos 60 como descreve o PCN/Arte (1999).

Em continuidade, nos anos 60, é criado o Movimento Popular de Cultura, que atua tanto no Nordeste como no Sul do país junto aos sindicatos, centros estudantis e grupos populares, estando ligado às teorias e perspectivas pedagógicas então em desenvolvimento. Em música, o Brasil viveu progresso excepcional, tanto na criação musical erudita como na popular. A corrente musical erudita nacionalista que se fortaleceu com a Semana de 22 vai rivalizar-se com outra, a de vanguarda, após a década de 30, quando estão mais evidentes as inovações pelas quais passava a música européia, como a dodecafônica, entre outras. (PCN/Arte, 1999, p.26)

Este avanço musical se desenvolveu e perdurou até o fim dos nos 60 e década de 70 com os grandes festivais de música e teatro de grande mobilização dos estudantes, sendo que em 1971 ocorre uma nova modificação significativa quando a Arte é incluída nos currículos pela Lei de Diretrizes e Bases da educação como Educação Artística, mas caracterizada como atividade e não disciplina como afirma BARBOSA (2004).

A Lei Federal de nº 5692 de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 tornaram Arte obrigatório nos currículos como Educação Artística, mas não como uma disciplina, mas como uma atividade. (BARBOSA, 2004, p.1)

Nessa época prevaleceu à aprendizagem reprodutiva de modelos e técnicas, o plano expressivo e processual dos alunos e a execução das tarefas de forma pré-fixada a partir de planejamentos desvinculados da realidade como fala o PCN/Arte (1999).

Barbosa (2004) afirma que a partir de 1986, o Conselho Federal de Educação condenou a Arte ao ostracismo nas escolas.

Com a aprovação e reformulação do núcleo comum em 1986 para os currículos das escolas de 1º e 2º graus, a Educação Artística é excluída ao ser retirada Comunicação e Expressão do Núcleo Comum, deixando de ser básica e em contradição é exigida pelo artigo 7º como atividade.

Essas mudanças curriculares não foram acompanhadas por mudanças teóricas que favorecessem as práticas educativas como explica Barbosa (2004), bem como essas mudanças não foi fundamentada em valorização da Arte como conhecimento, pelo

contrário, houve um afastamento da Arte nas escolas, onde os professores não se pautavam em conceituações significativas.

Como resultado, temos professores dando aulas de arte que nunca leram nenhum livro de arte-educação e pensam que arte na escola é dar folhas para colorir com corações para o Dia das Mães, soldados no Dia da Independência, e assim por diante. (BARBOSA, 2004, p.18)

E Arte neste momento ficou sem mudanças teóricas significativas, permissiva a tudo e a qualquer criação livre sem análise de seu conhecimento.

Já nos anos 80 e 90 ocorreram maiores avanços nos estudos da Arte-educação pela investigação do modo de aprender como define BARBOSA (2004):

Nas décadas de 80 e 90, desenvolveram-se muitas pesquisas, entre as quais se ressaltaram as que investigam o modo de aprender dos artistas, das crianças e dos jovens. Tais trabalhos trouxeram dados importantes para as propostas pedagógicas, que consideram tanto os conteúdos a serem ensinados quanto os processos de aprendizagem dos alunos. (BARBOSA, 2004, p.28)

Esse maior avanço nos estudos nessas décadas de 80 e 90 quanto a Arte-Educação, promoveu o fortalecimento dos profissionais de Arte em disputas sociais e políticas, que puderam garantir na LDBEN9394/98 a Arte nos currículos como área de conhecimento.

Abriram-se assim novas possibilidades de novas práticas educativas, com esses estudos e com a garantia legal de inclusão de Arte como área de conhecimento nos currículos escolares.

Esta pesquisa quer entender quanto de avanço já foi alcançado nas práticas educativas de Artes Visuais na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares para que estas práticas alcancem esta garantia legal.

Quanto a estes avanços uma das ações educativas que está em processo hoje em dia, e que vem se afirmando por sua maior abrangência cultural, refere-se a um posicionamento teórico-metodológico, que prioriza o conhecimento da Arte a partir da "Abordagem Triangular" dos estudos de Barbosa (1998).

Essa abordagem, difundida e orientada por Barbosa (2004), está sem dúvida interferindo qualitativamente no processo e melhoria do ensino de Arte, que tem por base um trabalho pedagógico de contextualização de três facetas do conhecimento

em arte: o "fazer artístico", "a fruição de obras artísticas" e a "contextualização histórica da obra de arte".

Esse trabalho vem sendo desenvolvido e pesquisado, desde o início dos anos 90, em São Paulo, no Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC-USP) e no sul do país, pela Fundação lochpe e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dentre outras instituições de ensino.

Um projeto educativo de Artes Visuais como área de conhecimento exige como qualquer disciplina curricular, um competente trabalho docente, que deve se remeter ao conhecimento que o cria e recria; conhecimento este atualmente bastante influenciado pelos estudos de Ana Mãe e que necessita ser considerado para organizar as escolhas de como se trabalhar Arte Visual nas escolas.

No caso da ação educativa em Arte o professor tem de entrelaçar a sua prática-teoria artística e estética a consistentes propostas pedagógicas.

Essas consistentes propostas pedagógicas devem propiciar a uma análise de suas escolhas e domínio dos conhecimentos relacionados, relevando principalmente essa Abordagem Triangular, estudo importante que analisa o autor, a obra e suas características dentro de um contexto histórico e cultural.

Entender este contexto do cenário histórico de Arte no Brasil e como foi sendo inserida nos currículos escolares do país, poderá ajudar a entender melhor os caminhos que também tomou o Ensino de Artes Visuais nas Escolas Públicas Municipais de Governador Valadares e para que práticas se apontem as que estão sendo vividas na rede hoje.

CAPÍTULO 2 – O ENSINO DE ARTES VISUAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE GOVERNADOR VALADARES

2.1 Introdução

Contextualizando

O município de Governador Valadares é uma cidade localizada no leste do Estado de Minas Gerais e é cortada pela BR116, que liga o Sul do país ao Nordeste.

A história da cidade se inicia a partir de um vilarejo de Porto das Canoas aonde aportavam os tropeiros para esta região em busca das riquezas das entranhas de Minas Gerais, inicialmente era apenas um distrito do Município de Peçanha e foi emancipada em 31 de dezembro de 1937.

Como tantos outros municípios brasileiros e mineiros, se desenvolveu a partir dos impulsos de ciclos econômicos, vinculando economia e gente aos movimentos do mercado externo.

Histórico

Neste contexto histórico da cidade a educação até os meados dos anos 80 era realizada em sua maior parte pela Rede Estadual de Ensino e privada.

A Rede Municipal de Ensino oferecia através de apenas cinco escolas urbanas e cinquenta e quatro escolas rurais, de salas isoladas um atendimento por volta de 6.000 alunos do Ensino do 1º grau em um turno nos anos 80.

A Rede Municipal de Ensino chegou aos anos 90 com vinte escolas urbanas e cinquenta e quatro rurais com um atendimento por volta de 9.700 alunos do ensino de 1º grau.

Na época o atendimento era organizado de 1ª a 4ª série do ensino do 1º grau e Educação Infantil pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares – SMEC.

Havia também o atendimento de 5ª a 8ª série do ensino do 1º grau e 2º grau, pela Fundação de Serviço de Educação e Cultura – FUNSEC, com cinco escolas, nessas

também era oferecido a partir dos anos 80 o Ensino de 2º grau – Curso Técnicos com atendimento em média de 1.800 alunos.

Todas essas escolas do município eram coordenadas e legisladas pelo Sistema Estadual de Educação em cooperação com o município como previa a LEI nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

A partir da nova Constituição Federal de 1988 as obrigatoriedades de gastos com a educação e as responsabilidades de cada esfera federal, estadual e municipal promoveram modificações, que foram fortalecidas com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Essas modificações trouxeram para a realidade nacional da educação uma reestruturação e em Governador Valadares essas modificações aconteceram como se segue:

- Realização do primeiro Concurso público em 1991, até então os funcionários do município não eram concursados;
- A Fundação de Serviços de Educação e Cultura - FUNSEC deixou de ser responsável pelas escolas que atendiam de 5ª a 8ª série do ensino do 1º grau e 2º grau, que foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC em 1991, sendo responsável apenas pela cultura e não mais pela educação;
- As escolas do município e a SMEC passaram a fazer parte de um Sistema Educacional Municipal autônomo do Sistema Educacional Estadual com a lei 4.506 de 02 de julho de 1998;
- O 2º grau não foi mais ofertado pelo município a partir de 1996;
- Grande aumento de oferta do ensino fundamental a partir de 1996, já iniciado a partir de 1991 com construção de novas escolas;
- Grande aumento de oferta de educação infantil com a construção de vários CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil e convênios com Creches Particulares a partir de 1998;

Essas modificações trouxeram uma reestruturação no funcionamento da SMEC, tanto com relação à quantidade de pessoas e cargos, como também na forma de gerenciamento das ações a partir do ano de 1997.

Nesse ano de 1997 iniciava-se o mandato de um novo prefeito, que teria como função proporcionar a secretaria esse novo remodelamento, já que enquanto

sistema teria novas atribuições, as quais anteriormente eram de competência do Estado.

A reestruturação da SMEC foi conduzida a partir das necessidades que iam surgindo pelas novas atribuições do sistema que se tornou e não por um projeto estrutural de construção deste sistema.

A primeira urgência foi ampliar a rede para garantir a Constituição de 1988 e a LDB9394/96, em proporcionar escola a todo aluno com faixa etária para o Ensino Fundamental e Educação Infantil, obrigatoriedade dos municípios.

A prioridade naquele momento era de atendimento a todos da faixa etária, obrigatoriedade legal, e paralelamente, mas não com a mesma intensidade a busca da qualidade, que era desenvolvida através de vários cursos pontuais administrados com várias parcerias.

A partir desta época vários projetos em cooperação com o MEC e outros parceiros foram desenvolvidos por esta secretaria.

Em 2001 com o início de um novo mandato de prefeito foi realizada uma reestruturação mais profunda em toda a estrutura da SMEC, com a lei complementar nº 035, de 03 de abril de 2002, que instituiu um Novo Plano de Carreiras dos Servidores da Administração de Governador Valadares.

Para que este novo plano de cargos e salários passasse a vigorar, a estrutura da Administração Pública Municipal foi toda remodelada com a Lei nº 4.940 de 21 de dezembro de 2001 e a partir desta lei a SMEC passou a ser Secretaria Municipal de Educação - SMED e a cultura a ser de responsabilidade de nova secretaria a Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer – SMCEL.

Diante de todas estas modificações administrativas urgentes de estruturação do Sistema Educacional Municipal autônomo do Sistema Educacional Estadual, as questões curriculares com relação à Arte não tiveram tanto espaço nos currículos. Como já contextualizado no histórico do Brasil onde a Arte não teve tanto espaço nos currículos, o mesmo ocorreu na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares, apesar da garantia legal da LDB 9394/96 de obrigatoriedade da Arte como área de conhecimento.

Inclusive os currículos das Escolas do Município de Governador Valadares garantiram a obrigatoriedade da LDB 9394/96 de ter Arte nos currículos, mas permaneceram até o ano de 2009 com a denominação de Educação Artística e só

passaram a Artes Visuais no ano de 2010 com a implantação da Escola de Tempo Integral.

Denota-se assim como apenas a lei não garante, apesar de abrir os caminhos. Na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares não foi diferente do percurso histórico de Arte para ser valorizada nos currículos como área de conhecimento.

No histórico da educação da Rede Municipal de Ensino se vê os traços evidentes de todo recorte histórico descrito no capítulo I deste estudo, influenciando as escolhas e decisões por Arte nos currículos, bem como sua valorização e defesas.

Em Governador Valadares também foram os estudos e disputas políticas, que promoveram mudanças mais significativas nos currículos por escolhas por Artes Visuais e mudanças significativas também nas práticas.

Essas escolhas curriculares por Artes Visuais na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares vivenciaram os mesmos problemas que enormemente também as enfraqueceram no Brasil, a de falta de profissionais, como será descrito a seguir.

Dias atuais

Atualmente a Secretaria Municipal de Educação de Educação – SMED enquanto sistema gerencia uma rede com sete Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI na zona urbana, vinte e uma escolas com Educação Infantil e Ensino Fundamental na zona urbana e vinte escolas na zona rural com atendimento integral de 4.691 crianças na Educação Infantil, 11.343 alunos no Ensino Fundamental, 2.999 alunos no EJA e incluídos na Educação Infantil e Ensino Fundamental a Educação Especial em todas as instituições com 438 alunos de acordo com o censo de 2013.

A partir da implantação da Escola de Tempo Integral em 2010 as formações oferecidas aos profissionais das escolas deixaram de ter o caráter pontual e passaram a ser realizadas todo mês pelo técnico da área responsável.

Dentro desse contexto de evolução de atendimento educacional pelo município a Arte foi incluída nos currículos.

A cidade que não tinha um Sistema de Educação próprio até 1997 e era gerenciada pela Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, seguia apenas suas deliberações sem muita autonomia.

As obrigatoriedades legais de Arte eram na época de acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 5692/71, onde no seu artigo 7º, que definia a obrigatoriedade de inclusão nos currículos de Educação Artística, mas não definia como desta obrigatoriedade, assim sendo nos currículos no município aparecia Educação Artística em apenas uma das séries de 5ª a 8ª com uma aula por semana, apenas pela garantia legal.

Momento histórico retratado no capítulo I pela tentativa de valorização da Arte com a LDB 5692/71 que a inclui, mas como atividade no núcleo comum dentro de Comunicação e Expressão e logo após de descaso nos currículos como descreve Barbosa (2004) pela retirada do núcleo comum em 1986, com a contradição em assegurá-la, mas fora do que é necessário e básico.

Essas contradições promoveram, até mesmo pela falta de profissionais naquele momento, mera garantia legal em Governador Valadares.

Em 1991 foi realizado o primeiro concurso público como previa a Constituição sendo abertas apenas duas vagas para o cargo de Professor de Educação Artística, pois com apenas uma aula de Educação Artística nas grades curriculares em uma das séries de 5ª a 8ª série, para garantir a lei, não havia vaga para mais de dois, já que na época só existia cinco escolas.

Após o Município ter seu próprio Sistema de Educação em 1998 foi iniciado vários Projetos de Inclusão de Arte no currículo para além do que já existia, pois da mesma forma que cresciam os estudos e disputas por Arte nos currículos no Brasil como descritos no capítulo I, em Governador Valadares essas influências também ocorreram.

Apesar dessas intenções e da nova Lei Diretrizes e Bases da Educação de nº 9394/96 garantir legalmente a Arte como componente curricular obrigatório nos vários níveis do Ensino Fundamental e necessária sua compreensão na formação do cidadão, os currículos das Escolas do Município de Governador Valadares ainda permaneceram até o ano de 2009 com a denominação de Educação Artística como já descrito

Essa nomenclatura de Educação Artística ainda por vários anos nos currículos apontam para a influência das questões anteriores garantidas pela LDB 5692/71 ainda estarem em disputas nos espaços escolares com a nova LDBEN 9394/96 e a nova concepção de Arte como área de conhecimento.

Sendo que a partir de 1998 em função dos estudos da LDBEN 9394/96 e vontade política abriu-se no município o espaço de Arte no currículo, a incluindo ministrada por professor específico regente de aulas, em todas as séries do ensino de 1ª a 4ª série, mas também como Educação Artística.

Esses estudos a partir da LDBEN 9394/96 abriram novos espaços na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares, mas não foi o suficiente para garanti-los todo o tempo, esbarraram nas questões políticas e de profissionais habilitados.

Assim essas escolhas por Arte nos currículos com Educação Artística não permaneceram em todas as escolas e em todas as séries do ensino de 1ª a 4ª série, que em muitas escolas voltaram a ser ministrada pelo professor regente, pelo enxugamento da máquina administrativa e justificados também pela falta de profissionais, permanecendo em currículos de algumas, devido à existência dos profissionais concursados e efetivos.

Depois de 1991 foram realizados mais três novos concursos públicos, um em 1996, onde foram abertas mais duas vagas para Educação Artística e os que foram classificados tinham a escolaridade mínima de 2º grau, aceita no edital.

Em 2003 foram abertas dezesseis vagas e foram inscritos apenas quatro candidatos, dos quais, nenhum ficou classificado.

Em 2010 foram abertas oito vagas para Arte e oito vagas para Música, em Arte só passaram sete, assumindo apenas cinco e só restam dois e para música apenas dois passaram que assumiram, mas não resta ninguém nestes cargos.

Só a partir da LDB9394/96 que o professor necessitou ter curso superior para ser habilitado a dar aulas, tendo ainda o prazo de dez anos para se cumprir tal obrigatoriedade, assim sendo o concurso de 1991 e 1996 do município de Governador Valadares aceitava a escolaridade mínima de 2º grau para trabalhar com Educação Artística.

Após todos estes concursos realizados na rede Municipal de Educação de Governador Valadares permaneceram atualmente apenas três profissionais concursados, onde um está afastado da sala e participando de um projeto na SMED,

que não se relaciona a Arte e sim a Meio Ambiente, este prestou o concurso de 1991, o outro deste mesmo concurso já se aposentou e só restam os dois do último concurso de 2010, os demais pediram exoneração.

As aulas de Arte estão inseridas nos currículos escolares das escolas da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares como Arte Visual em apenas três escolas e nas restantes como dança, teatro, música, percussão, fotografia ou pintura.

Os currículos ainda não garantem o que a lei prevê. As aulas de Arte têm sido ministradas em sua maioria por oficineiros do Programa Mais-Educação, que são autorizados pela habilidade comprovada ou por estudantes de Curso de Graduação ou Licenciatura de Arte ou pós à distância e estudantes de cursos afins como, por exemplo, de design gráfico.

Essa falta de profissionais habilitados concursados ou não para ministrarem as aulas de Arte é um grande desafio enfrentado pela rede, que ocorre principalmente porque Governador Valadares não conta com nenhum curso de Graduação ou Licenciatura de Arte.

Esse é um grande desafio desde que a SMED tentou abrir maior espaço para a disciplina de Arte, oferecendo nos currículos de 1ª a 4ª série Educação Artística a partir de 1998, com professor específico, desafio também descrito no histórico de Arte no Brasil no capítulo I.

A Falta de profissionais habilitados em Artes Visuais atualmente tem desestimulado as comunidades escolares em optarem pelo aumento da carga horária em todos os anos nos currículos escolares municipais para Arte/Arte Visual, apesar de agora como sistema autônomo do Estado, o Sistema Municipal de Educação poder fazer suas próprias escolhas e ser de seu grande interesse e dos alunos desenvolver o conhecimento da Arte para a formação humana.

2.2 Estudo com Professores de Arte

Além de todos os dados coletados na Secretaria Municipal de Educação e já descritos acima, foi levantado que as Escolas Municipais de Governador Valadares contam em média com trinta e cinco professores de Artes.

E nesse universo foi escolhido cinco professores de Arte para ser entrevistado, um concursado de 1991, um concursado de 2010 e três contratados para aula da disciplina de Arte Visual no ano de 2013.

Esses cinco entrevistados foram escolhidos levando em conta que são professores de Arte Visual, sendo que dois além de professores foram formadores na Secretaria Municipal de Educação – SMED e os outros foram escolhidos aleatoriamente entre os que estavam atuando em sala em 2013.

Essas escolhas levaram em conta também que três iniciaram a atuação a bem pouco tempo, após a LDBEN 9394/96 e dois já atuaram anterior à lei.

Essas escolhas diferenciadas se devem a necessidade de avaliar quais mudanças significativas realmente ocorreram nesses dezessete anos, desde a garantia legal de Arte como área de conhecimento pela LDBEN-9394/96, se atingiram tanto as formações e como as práticas de quem já atuavam a mais tempo, antes mesmo da lei e ou dos que iniciaram suas atuações logo após a lei.

Essas entrevistas foram realizadas assim para analisar que mudanças significativas ocorreram nas práticas em sala de aula com o ensino de Artes Visuais na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares a partir da obrigatoriedade legal de Arte como área de conhecimento na LDBEN 9394/96, objetivando:

- ✿ Examinar se as práticas têm priorizado a Arte Visual como área de conhecimento.
- ✿ Caracterizar se as práticas educativas no ensino de Artes Visuais que tratam a Arte como área de conhecimento se baseiam na Abordagem Triangular de Barbosa (1998) ou em outras considerações teóricas.
- ✿ Verificar que alternativas tem acontecido para melhoria de práticas de Artes Visuais nos cotidianos escolares e se são alternativas que valorizam a criação e recriação de conhecimentos.

As entrevistas foram elaboradas com questões para analisar:

1. Se os professores concebem em sua atuação a Arte como área de conhecimento.
2. Se em suas práticas promovem uma contextualização do momento histórico e cultural ao apreciar uma obra ou tratar de uma determinada característica de técnicas e tecnologias aplicadas a uma obra.

3. Se conhecem a Abordagem Triangular e se a utilizam para organizar suas práticas.
4. O quanto o PCN – Arte (1998) é utilizado como orientação de fundamentação de suas práticas.
5. Quais alternativas metodológicas são utilizados para alcançar às reflexões necessárias referentes às questões da Arte como área de conhecimento.
6. Se as práticas são em função de censo comum sobre os conhecimentos e ou embasadas em alguma aplicação teórica específica.
7. Quais novas alternativas podem ser construídas levando em conta as garantias legais, as orientações científicas e os Parâmetros Curriculares.

Entrevista #1 Professora e formadora na SMED

Nome: Adelaide Maria Santos F. Almeida

Escolaridade: Licenciatura em Desenho e Plástica

Escola que trabalha na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares:

Não trabalho mais nas escolas com Arte, integro um projeto de Meio Ambiente – Viver o Verde.

Ano de início na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares: 1991

Situação funcional: Efetiva

- 1. Quais suas crenças com relação à importância de Artes Visuais no Currículo Escolar?**

Entendia e ainda penso que a Arte modifica o universo cultural das pessoas, desde quando me formei minha intenção era levar aos alunos um outro olhar de Arte, não só como reprodução de siga o modelo, mas de experimentação e criação de possibilidades, principalmente que quando me formei e fui atuar na cidade de Governador Valadares em 1991 a realidade dos currículos tinha a característica de todo país, eram Educação Artística e assim minha luta era grande em tentar desenvolver outro olhar.

- 2. Quais suas aprendizagens na Universidade sobre Artes Visuais para aplicação Escolar?**

De buscar superar esta questão de siga o modelo tentando com uma variedade de possibilidades abrirem espaço para a criação e imaginação ao produzir, usando várias técnicas e materiais diversos, com o conhecimento dessas técnicas e pensando a partir da teoria.

3. Como Professor que postura de Ensino de Artes Visuais você adota em suas práticas? As descreva.

Atualmente não estou mais em sala, mas quando atuava em sala desenvolvia a teoria dentro de um assunto ou obra, valorizando a história da Arte e desenvolvendo em sala algumas técnicas e teorias a partir deste histórico. Explicava sobre a técnica utilizada e promovia a prática com uma variedade de materiais para a liberdade criativa e crítica.

4. Como são as práticas escolares de Artes Visuais que observa nas E. M. Gov. Valadares atualmente?

Hoje em dia estou afastada, mas penso que não seja tanto ainda siga o modelo, graças ao curso de Atualização de Arte da UFMG que consegui trazer para Governador Valadares em 2001 para professores e pedagogos de 1ª a 4ª série, depois o projeto Encontrarte que coordenei, onde desenvolvia oficinas no contra-turno com aula de Dança, Artes Visuais, Música e Teatro, no qual a escola com a comunidade escolar escolhia três oficinas que eram oferecidas de acordo com o interesse dos alunos.

Anterior ao Encontrarte, já tinha nas escolas aos Sábados a Escola Cidadã, que não era coordenado por mim, não tinha o objetivo de Arte, mas que oferecia algumas oficinas de Arte, como artesanato, pintura e outras para a Comunidade.

Na Escola Cidadã os profissionais eram voluntários da própria comunidade e recebiam apenas uma ajuda de custo com verba municipal, no ano de 2010 também com o mesmo desenho, foi desenvolvido a Escola Aberta, um projeto do Governo Federal com verba específica.

As turmas do Encontrarte que coordenei funcionavam mais ou menos com 20 alunos, a maioria dos professores selecionados não eram com graduação em

Arte, mas eram contratados em função de habilidade específica na área, ou já estarem trabalhando com aquela área culturalmente na cidade e ou se tinham cursos afins.

Acredito que essas ações ajudaram no avanço das práticas de Arte e também de Artes Visuais, apesar da discriminação da família com Arte que a viam como habilidade de mulher e não de homem; além da não aceitação dos profissionais da escola que vinham o projeto como supérfluo, perda de tempo e dinheiro; de reclamações do projeto atrapalhar o outro turno com barulhos, transação de alunos de outros turnos, utilização de espaços que o turno precisava também utilizar e dos salários dos professores que atuavam no projeto serem inferior ao dos outros professores.

5. De que forma as formações de Artes oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares - SMED enfocam as práticas de Artes Visuais?

Quando eu atuava em sala nem existia formação de Arte dada pela SMED, depois ocorreu a atualização que já falei, depois no Encontro os profissionais toda semana recebiam formação para a realização do trabalho que expliquei e o material necessário não era uma dificuldade, porque conseguia com parceiros na sociedade civil de Governador Valadares e com a Secretaria. Não estando mais atuando em sala fica difícil definir exatamente como são as formações, mas por estar na SMED, sei que tem um técnico responsável atualmente para desenvolver as formações mensais.

6. De que forma outros cursos que já tenha frequentado enfocam as práticas de Artes Visuais?

A prática de outros cursos que já participei foram várias, alguns o enfoque era de artesanato, outros pela valorização da liberdade de expressão, outros muito ligados à técnica, outros sobre a história da Arte, outros sobre a prática do aluno, foram vários.

7. Que enfoque é dado em Artes Visuais no Currículo da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Participei da elaboração dos Cadernos com as Diretrizes Curriculares da Rede, concordei com algumas coisas e com outras não, você acompanhou também e Arte ficou inserida dentro de linguagem e deu grande avanço nas propostas curriculares. Agora não estando em sala, fica difícil definir o enfoque.

8. De que forma Artes Visuais é tratado nas questões pedagógicas nas escolas da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Na época que estava em sala tinha que participar de todas as reuniões pedagógicas e ou administrativas das escolas, mas não tinha espaço para Educação Artística nas discussões e a idéia da Comunidade Escolar era de que Educação Artística era para realizar trabalhos manuais, ornamentação da escola e organização das festividades, além de usar a única aula para se dar palestras de outras áreas, quando necessário.

Também a avaliação bimestral era através de nota e era obrigada a dar nota para todos, mesmo se o aluno não realizasse nada e ainda impedisse o trabalho, enfrentei vários problemas, inclusive até de locomoção entre as escolas; pois dava aulas em todas, já que era apenas uma aula no currículo em uma única série de 5ª a 8ª séries, assim não se tinha uma continuidade; os recursos didáticos eram escassos, até difícil nas livrarias da cidade, além do MEC que não disponibilizava quase nada na área de Arte.

Hoje em dia na SMED já tem um técnico responsável pelas formações de Arte e observo que melhorou a forma de pedagogicamente a Arte ter mais espaço, com um olhar diferente e assim também a Arte Visual.

9. Como a comunidade Escolar enxerga a importância de Artes Visuais no dia a dia Escolar?

Não estou mais nas escolas, mas observo uma maior aceitação e pedido por Arte, que nem sempre acaba acontecendo por faltar o profissional.

Entrevista #2 Professora e Formadora na SMED

Nome: Adriana Cristina Monteiro

Escolaridade: Licenciatura em Desenho e Plástica

Escola que trabalha na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares:

Escola Municipal José Angelo de Marco

Ano de início na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares: 2010

Situação funcional: Nomeada

1. Quais suas crenças com relação à importância de Artes Visuais no Currículo Escolar?

Penso que a Arte abre espaço para as relações de conhecimento do aluno, culturalmente se amplia suas visões e forma de pensar, assim é muito importante que se tenha a Arte nos espaços escolares, inclusive de Arte Visual, desde que estou na rede, tenho trabalhado por isto, inclusive ao assumir meu cargo, já vim trabalhar como técnica na SMED promovendo as formações.

2. Quais suas aprendizagens na Universidade sobre Artes Visuais para aplicação Escolar?

Com relação à aplicação escolar em Artes Visuais, estudamos muito sobre a Abordagem Triangular de Ana Mae. E tenho usado bastante como referencial nas formações que promovo, além de que usava para pensar sobre minha prática quando estava em sala de aula.

3. Como Professor que postura de Ensino de Artes Visuais você adota em suas práticas? As descreva.

Atualmente não estou mais em sala, mas quando atuava em sala desenvolvia dentro da Abordagem Triangular de Ana Mae.

4. Como são as práticas escolares de Artes Visuais que observa nas E. M. Gov. Valadares atualmente?

Como formadora na SMED observo que os professores que trabalham com Arte Visual já avançaram e não pensam mais a Arte Visual como siga o modelo, nem como uma mera forma livre de expressão, nossas formações tem os ajudado em refletir sobre suas práticas, apesar de que a rede enfrenta a dificuldade por falta de profissionais e assim vários professores de outras áreas completam sua carga horária com Arte Visual, esses outros profissionais que completam carga horária acabam não participando das formações de Arte, mas sim da disciplina de sua maior carga horária e ainda tem um olhar equivocado de Arte Visual, dando mero artesanato em suas práticas.

5. De que forma as formações de Artes oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares - SMED enfocam as práticas de Artes Visuais?

Estive coordenando de 2010 a 2012 as formações na SMED onde procurava contextualizar Arte Visual e estimular em realizarem a prática a partir de releitura de obras, bem dentro da Abordagem Triangular, o principal problema era a rotatividade de profissionais, além dos profissionais não habilitados, na rede nessa época tinha 19 professores de Artes Visuais e destes só um era habilitado, o restante estava cursando Licenciatura em Artes Visuais ou tinha graduação em Pedagogia; tinha também os profissionais que trabalham através do programa Mais-Educação, os quais não fazem formação comigo, por não receberem para tal e que necessitam como escolaridade obrigatória apenas o segundo grau e habilidade na oficina que irão desenvolver de Arte para obter autorização do sistema de ensino municipal para lecionar.

Tendo ainda como dificuldade para as formações as atividades na escola que atrapalham as rotinas de Arte Visual, profissionais de outras áreas com Arte Visual e muita interferência no que a escola solicita do professor de Arte Visual que diverge um pouco do verdadeiro propósito.

Atualmente não posso dizer como continua as formações, porque por problemas pessoais estou afastada, mas acredito estejam seguindo nessa mesma proposta.

6. De que forma outros cursos que já tenha frequentado enfocam as práticas de Artes Visuais?

Já participei de enfoques de curso de Arte Visual diversos, mas atualmente os cursos tem tido bastante influência da Abordagem Triangular, mesmo quando apresentam meio destorcido as questões teóricas de Ana Mae.

7. Que enfoque é dado em Artes Visuais no Currículo da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Arte esta dentro de linguagem e deu grande avanço nas propostas curriculares. Agora não estando em sala, fica difícil definir o enfoque que é definido no currículo da escola, mas observo principalmente com a maior permanência dos alunos na Escola de Tempo Integral, maior solicitação por Arte nos currículos, mesmo que não ainda pelas questões de conhecimento importante, mas de necessidade do desenvolvimento humano.

8. De que forma Artes Visuais é tratado nas questões pedagógicas nas escolas da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Apesar de já um olhar diferente com relação à Arte Visual e solicitação pela comunidade escolar, ainda existe aquela idéia de sempre existir confecção de objetos, decoração da escola, de ser promotora dos eventos artísticos. Além das resistências dos outros profissionais das outras áreas em não valorizarem a Arte Visual como a área de conhecimento; de vários profissionais não

habilitados lecionando Arte que acabam tendo uma forma de ver diferente; a questão da aula de Arte ser distribuída para outros professores para completarem sua carga horária e assim não participarem da formação como já falei; o rodízio muito grande de profissionais, pela troca nas matrizes de Arte Visual em apenas um ano, em função da falta de profissionais habilitados; pela dificuldade na compreensão da importância da Arte como área de conhecimento (Valorização) pelos alunos e toda comunidade escolar; também pela dificuldade na compreensão das propostas/objetivos pelos alunos; o pouco acesso à tecnologia em algumas escolas (Data show, sala de informática) e o pouco acesso a imagens (material didático).

9. Como a comunidade Escolar enxerga a importância de Artes Visuais no dia a dia Escolar?

Não estou nas escolas, mas observo maior aceitação e pedido por Arte em geral, que nem sempre acaba acontecendo por falta de profissional.

Entrevistado #3 Professor

Nome: Jobert Figueiredo de Souza Menezes

Escolaridade: 4º Período de Arte Visual

Escola que trabalha na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares:
E. M. PIO XII

Ano de início na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares: 2010

Situação funcional: Contratado

1. Quais suas crenças com relação à importância de Artes Visuais no Currículo Escolar?

Acredito que leva a vencer as diferenças sociais com o acesso ao conhecimento, no caso o acesso cultural.

2. Quais suas aprendizagens na Universidade sobre Artes Visuais para aplicação Escolar?

São de buscar levar o conhecimento de Arte ao aluno dentro de uma variedade cultural.

3. Como Professor que postura de Ensino de Artes Visuais você adota em suas práticas?As descreva.

Desenvolvo a teoria dentro de um assunto ou obra, desenvolvo a técnica utilizada e promovo a prática com a releitura de uma obra de forma livre.

4. Como são as práticas escolares de Artes Visuais que observa nas E. M. Gov. Valadares atualmente?

Não conheço as práticas de todas as escolas, mas nas formações pude observar muitas práticas de colegas equivalentes as minhas.

5. De que forma as formações de Artes oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares - SMED enfocam as práticas de Artes Visuais?

O enfoque da SMED é de contextualizar obras e de realizar a prática a partir de releitura de obras, bem dentro da Abordagem Triangular, o único problema é que se desenvolvem os estudos sem levar em conta uma faixa etária específica e isto dificulta.

6. De que forma outros cursos que já tenha frequentado enfocam as práticas de Artes Visuais?

A prática de outros cursos que já participei está muito ligada a desenhos e formato artesanal, de como realizar aquele desenho ou pintura.

7. Que enfoque é dado em Artes Visuais no Currículo da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Desconheço, pois não discutimos nas escolas que dei aula sobre o currículo.

8. De que forma Artes Visuais é tratado nas questões pedagógicas nas escolas da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Nas escolas as questões pedagógicas buscam uma preocupação em desenvolver trabalhos manuais, algo concreto de produção.

9. Como a comunidade Escolar enxerga a importância de Artes Visuais no dia a dia Escolar?

Ainda vêm a Arte Visual muito ligada as questões festivas e artísticas da escola

Entrevista #4 Professor

Nome: Sônia Maria Rodrigues de Oliveira

Escolaridade: Magistério, 2º Período de Licenciatura de Arte Visual

Escola que trabalha na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares:

E. M. Professora Laura Fabri

Ano de início na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares: 2009

Situação funcional: Contratado

1. Quais suas crenças com relação à importância de Artes Visuais no Currículo Escolar?

Penso que leva a uma maior interação com o outro e desenvolvimento do conhecimento.

2. Quais suas aprendizagens na Universidade sobre Artes Visuais para aplicação Escolar?

São bastante parecidas com as que são dadas aqui nas formações da SMED de releitura da obra e técnicas de pintura, colagem e desenho.

3. Como Professor que postura de Ensino de Artes Visuais você adota em suas práticas?As descreva.

Desenvolvo sobre um artista pesquisando sobre a vida do artista, a apreciação de uma obra dele e realização de produções dos alunos a partir desta.

4. Como são as práticas escolares de Artes Visuais que observa nas E. M. Gov. Valadares atualmente?

Não conheço muito as práticas de outras escolas, agora pelos comentários nas formações observamos colegas fazendo de várias formas e buscando corresponder as formações que recebemos da SMED.

5. De que forma as formações de Artes oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares - SMED enfocam as práticas de Artes Visuais?

O enfoque da SMED busca tratar a Arte Visual mostrando um artista, sua história, a apreciação de uma obra sua e proposta de releitura dessa obra com produções diversas dos alunos.

6. De que forma outros cursos que já tenha frequentado enfocam as práticas de Artes Visuais?

Não freqüentei outros cursos.

7. Que enfoque é dado em Artes Visuais no Currículo da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Na escola que trabalho é idem ao da SMED, nas outras não tenho como dizer, mas ainda observo usarem a aula de Artes Visuais para outros fins, como palestras, festividades e ou reuniões

8. De que forma Artes Visuais é tratado nas questões pedagógicas nas escolas da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Nas outras escolas não sei, mas na que trabalho a questão pedagógica geralmente é mais para tratar do planejamento e bem dentro da proposta da SMED.

9. Como a comunidade Escolar enxerga a importância de Artes Visuais no dia a dia Escolar?

Percebo que Arte Visual ainda esta bastante ligada às festas da escola.

Entrevista #5 Professor

Nome: Maria das Graças Soares

Escolaridade: Magistério, 4º Período de Pedagogia

Escola que trabalha na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares:

E. M. Professora Laura Fabri

Ano de inicio na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares: 2010

Situação funcional: Contratado

1. Quais suas crenças com relação à importância de Artes Visuais no Currículo Escolar?

Bem, entendo que a participação na aula de Arte Visual favorece o aluno nas aprendizagens de todas as disciplinas, que melhora sua forma de pensar, melhora sua criatividade e sua coordenação manual em várias áreas. A aula

de Arte Visual abre condições para novas possibilidades de ver o conhecimento.

2. Quais suas aprendizagens na Universidade sobre Artes Visuais para aplicação Escolar?

Não fiz ou faço Artes Visuais e não tenho como falar sobre. Agora no meu curso de Pedagogia a Arte é tratada como um componente favorável ao desenvolvimento humano e necessário na Educação, mas pouco ainda foi discutido sobre as suas práticas.

3. Como Professor que postura de Ensino de Artes Visuais você adota em suas práticas?As descreva.

Desenvolvo o conhecimento contextualizando um artista, depois apreciando uma obra dele e a realização de releitura da obra com a expressão do aluno.

4. Como são as práticas escolares de Artes Visuais que observa nas E. M. Gov. Valadares atualmente?

Não conheço muito as práticas das escolas, mas pelo que escuto dos colegas nas formações, são várias formas que estão sofrendo algumas modificações em função das formações que recebemos da SMED.

5. De que forma as formações de Artes oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares - SMED enfocam as práticas de Artes Visuais?

A SMED tem dado as formações de Artes Visuais geralmente destacando um artista, sua história, a apreciação de uma obra sua e proposta de releitura dessa obra com proposta de produções diversas dos alunos. Também mostra algumas técnicas ou trata de alguma dificuldade que enfrentamos nas escolas.

6. De que forma outros cursos que já tenha frequentado enfocam as práticas de Artes Visuais?

Não freqüentei outros cursos.

7. Que enfoque é dado em Artes Visuais no Currículo da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Percebo nos comentários nas formações, que a Rede trata Arte Visual como um componente que favorece o desenvolvimento do conhecimento.

8. De que forma Artes Visuais é tratado nas questões pedagógicas nas escolas da Rede Municipal de Gov. Valadares?

Na questão pedagógica onde trabalho, geralmente é mais para falar do planejamento e bem dentro da proposta da SMED, mas também em alguns momentos para organização de algum evento na escola.

9. Como a comunidade Escolar enxerga a importância de Artes Visuais no dia a dia Escolar?

A comunidade cobra geralmente bastantes trabalhos manuais na aula de Artes Visuais e espera também apresentações artísticas.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

As respostas dos entrevistados foram analisadas destacando na descrição de suas práticas se tratam a Arte Visual como conhecimento, se tem influências da Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa (1998) ou de outras abordagens, se levam em conta os PCN-Arte (1998) e se usam o histórico da Arte no desenvolvimento desse conhecimento.

A análise das respostas dos entrevistados foi realizada em separado de cada uma das professoras entrevistadas que também foram formadoras na SMED e em bloco dos entrevistados que são apenas professores.

Essa divisão foi feita para analisar as práticas e também as formações para essas práticas anteriores e posteriores a LDBEN 9394/96.

Entrevistada #1

A professora concursada de 1991, já citada, hoje não está mais em sala de aula e informou as características das aulas de Artes quando ainda em sala até 1999:

- Dava as aulas de Educação Artística de toda a rede para completar seu cargo de 18 aulas, pois era apenas uma aula na grade curricular, em apenas uma das séries de 5ª a 8ª série.
- Era a primeira habilitada e tentou desenvolver Aula de Artes Visuais primando pela valorização das produções individuais e não massificação das produções de siga o modelo.
- Buscava valorizar a história da Arte desenvolvendo em sala algumas técnicas e teorias a partir deste histórico.
- Dificuldades enfrentadas:
 1. Locomoção entre as escolas;
 2. Aulas em séries diferentes em cada ano, sem uma continuidade.
 3. Recurso didático escasso, até difícil nas livrarias da cidade, além do MEC também não disponibilizar na época quase nada na área de Arte.
 4. Participação de todas as reuniões pedagógicas e ou administrativas das escolas, onde nas discussões sequer tinha algum espaço para Educação Artística.

5. Comunidade Escolar com a ideia de que Educação Artística era para realizar trabalhos manuais, ornamentação da escola e organização das festividades, além de usar a única aula para se dar palestras de outras áreas, quando necessário.
6. Avaliação bimestral através de nota na época e era obrigada a dar nota para todos, mesmo que o aluno não realizasse nada e ainda impedisse o seu trabalho.

No ano de 1999 foi trabalhar na SMED com Meio Ambiente, mas foi em Arte que estimulou em 2001 a nova Secretária conseguir junto à Administração a oferta de um curso de Atualização de Artes Visuais.

Esse curso foi ministrado pela UFMG aos professores e pedagogos de 1ª a 4ª série com o objetivo de tentar divulgar mais o conhecimento da área, em função da falta de profissionais habilitados para Educação Artística.

Não retornou mais para sala de aula e permaneceu na SMED assumindo a coordenação em 2002 do projeto Encontrarte, que oferecia extra turno aula de Dança, Artes Visuais, Música e Teatro.

O Encontrarte era desenvolvido nas escolas junto à comunidade escolar que escolhia três oficinas que iriam ser oferecidas de acordo com o interesse dos alunos. As turmas do Encontrarte funcionavam em média com 20 alunos, a maioria dos professores selecionados não eram com graduação em Arte, mas eram escolhidos em função de habilidade específica na área, ou de já estarem trabalhando com aquela área culturalmente na cidade e ou se tinham cursos afins.

Como já dito a falta de profissionais é a maior dificuldade do trabalho com Arte nas escolas.

Informou ainda que estes profissionais toda semana recebiam formação para o desenvolvimento deste trabalho e o material necessário não era uma dificuldade, pois foi alcançado com parceiros na sociedade civil de Governador Valadares e com a Secretaria.

As dificuldades relatadas enfrentadas com este projeto foram:

- Discriminação da família com relação à Arte que só a aceitava como uma habilidade de mulher e não de homem.

- Não aceitação pelos profissionais da escola que enxergavam o projeto como supérfluo, perda de tempo e dinheiro, não conseguiam perceber a importância da Arte como área de conhecimento.
- Reclamações sobre o projeto atrapalhar o outro turno em que acontecia com barulhos, transação de alunos de outros turnos e utilização de espaços que o turno precisava também utilizar.
- Salário dos professores que atuavam no projeto inferior ao dos outros professores.

Apesar das dificuldades enfrentadas tanto em sala de aula, como no projeto Encontrarte, a professora definiu ter aberto a consciência dos envolvidos para um olhar diferente para a Arte nos currículos escolares.

Anterior ao Encontrarte, já acontecia nas escolas aos Sábados a Escola Cidadã, a qual não era coordenada por ela, não tinha o objetivo de Arte, mas que oferecia algumas oficinas que envolviam Arte, como de artesanato, pintura e outros para a Comunidade.

Os profissionais que desenvolviam o trabalho na Escola Cidadã eram voluntários da própria comunidade e recebiam apenas uma ajuda de custo com verba municipal, no ano de 2010 também foi oferecida com o mesmo desenho deste projeto a Escola Aberta, um projeto do Governo Federal com verba específica.

Podemos, a partir das respostas da entrevista, levantar a hipótese que a desvalorização da Arte como área de conhecimento pela comunidade escolar, é o resultado do momento histórico que ainda influenciou em Governador Valadares até a época de 1999, como fala Barbosa (2004) da Arte que ficou afastada dos olhares dentro do espaço escolar, já descritos no capítulo I.

Inclusive em 1991 ela fala que quando iniciou na rede e era a única profissional habilitada em graduação, à realidade dos currículos da cidade tinha a característica de todo o país, de educação artística, assim sua luta era grande em tentar desenvolver outro olhar.

Pode se observar que esse novo olhar que a mesma tentou desenvolver de Arte nas escolas aponta para os conhecimentos e concepções que tinha como profissional habilitado em Licenciatura em Desenho e Plástica.

Entrevistada #2

A entrevistada concursada de 2010 relatou que nem sequer assumiu seu cargo na escola, já foi prestar serviço na SMED, a qual não dispunha de profissional habilitado para dar as formações de Arte, já que a única habilitada concursada que trabalhava com o projeto Encontrarte, encerrado em 2009, assumiu um projeto de Meio Ambiente.

A Escola de Tempo Integral ofereceu um maior número de aulas para Artes Visuais e com o concurso de 2010, assumiram 07(sete) novos habilitados em Arte, além dos não habilitados para tal oferta, assim se iniciou um trabalho mais específico na área de Arte na Secretaria.

Esta concursada permaneceu na SMED até 2012 e retornou para a escola por seus interesses pessoais, de cumprir seu estágio probatório, o qual ainda não teria feito estando na SMED.

Ela relatou que tentou desenvolver um trabalho pautado na abordagem triangular de Ana Mae e teve como maiores dificuldades:

- As resistências dos outros profissionais das outras áreas de verem e valorizarem a Artes Visuais como uma área de conhecimento;
- Vários profissionais não habilitados lecionando Arte com uma visão mais longe desta forma de trabalho;
- Aula de Arte sendo distribuída para outros professores para completarem sua carga horária e os quais não participavam da formação específica;
- Rodízio muito grande de profissionais, pela troca nas matrizes de Arte Visual em todos os anos, para apenas em um ano, em função da falta de profissionais habilitados.
- Dificuldade na compreensão da importância da Arte como área de conhecimento (Valorização) pelos alunos;
- Dificuldade na compreensão das propostas/objetivos construídas na sala de aula pelos alunos;
- Pouco acesso à tecnologia em algumas escolas (Data show, sala de informática).
- Pouco acesso a imagens (material didático).

Ela relatou ainda que a rede conta hoje com 19 professores de Artes Visuais e destes só um é habilitado, o restante está cursando Licenciatura em Artes Visuais ou tem graduação em Pedagogia.

Relata ainda sobre os profissionais que trabalham com Arte através do programa Mais-Educação, os quais não fazem formação com ela, por não receberem para tal e que necessita como escolaridade obrigatória apenas o segundo grau com habilidade na oficina que irão desenvolver, para terem a devida autorização para lecionar do Sistema de Ensino Municipal.

Observa-se com as respostas da entrevistada que a LDBEN 9294/96 realmente abriu maior espaço para a Arte, mas que a falta de profissionais habilitados atrapalham a abertura desse maior espaço nos currículos.

A falta de profissionais é um desafio tão grande, que logo passou no concurso, assumiu seu cargo na escola e já foi solicitada como técnica na Secretaria para realizar a formação de Arte com os profissionais da rede.

Ainda podemos analisar que apesar da Escola de Tempo Integral ter maior carga horária de funcionamento e acabar buscando alternativas de preenchimento dessa extensão de horário com a Arte, a falta de profissionais habilitados em curso superior, acaba promovendo escolhas por questões mais lúdicas da Arte e não aprofundamentos de conhecimento sobre Arte e suas produções criativas.

E que suas maiores dificuldades com Artes Visuais se devem às aulas de Artes Visuais serem ministradas por profissionais não habilitados e muitas vezes ainda serem componente curricular para completar a distribuição de aulas de outra disciplina a fim, como permite a lei de autorização para lecionar no município.

Além de suas dificuldades também com a falta de conscientização da comunidade escolar em entender e valorizar melhor a Arte como área de conhecimento, em função de todas as questões históricas já analisadas no capítulo I e que influenciam até os dias de hoje culturalmente a sociedade brasileira.

Grupo de entrevistados # entrevista 3,4 e 5

Esses três entrevistados começaram a atuar após a LDBEN 9394/96, não são habilitados, ou estão cursando Licenciatura de Artes Visuais ou são habilitados em outra graduação.

Estão dando aula de Arte Visual na rede e relataram tentar aplicar o que tem aprendido no seu curso de Graduação de Arte e ou nas formações oferecidas pela SMED.

Um relatou a dificuldade de aplicar o que aprendem nas formações, por não serem direcionadas a cada idade com qual trabalham, mas sim serem dadas de forma generalizada sobre os fundamentos das possibilidades de práticas educacionais de Arte.

Todos falaram da importância de contextualizar o artista, apreciar a obra e realizar releitura com expressão do aluno e informaram que as formações na SMED comungam com o que estão aprendendo na graduação.

Ao serem perguntados sobre como são suas aulas, as respostas apresentadas demonstravam algumas modificações em função das formações, mas ainda muito pessoais, descrevendo aulas ainda sem a segurança sobre o tratamento das Artes Visuais como área de conhecimento.

Descreveram que as maiores dificuldades enfrentadas são:

- Ainda usarem a aula de Artes Visuais para outros fins, como palestras, festividades e ou reuniões.
- Carga horária no currículo muito limitado em relação às outras disciplinas.
- Ainda buscarem muitas vezes o professor de Artes Visuais para ornamentarem a escola.
- Não ter Artes Visuais em todos os anos de forma a promover uma continuidade da abrangência de conhecimentos.
- Escolha nos currículos por outras áreas de Arte como dança, percussão, teatro, música e fotografia através das oficinas do Mais-Educação, não tendo como escolha curricular por Arte Visual em todas as escolas.

De acordo com as respostas dos entrevistados e pela questão de ainda estarem cursando Licenciatura de Artes Visuais, pode-se supor que suas aprendizagens e práticas sobre Arte-Educação são fortemente influenciadas pela Abordagem Triangular de Barbosa (1998) e também a mesma influência ocorre com as formações oferecidas pela SMED.

Observa-se ainda na descrição de suas práticas, apesar da influência da Abordagem Triangular, questões pessoais ou de censo comum sobre a melhor forma de se desenvolver a Arte nas escolas.

Também se pode supor com suas respostas que a garantia legal de Arte pela LDBEN 9394/96 como área de conhecimento melhorou a conceituação do olhar de Artes Visuais nas comunidades escolares, mas ainda é grande toda uma característica de Artes Visuais com outros fins, principalmente ao descreverem em serem solicitados para ornamentarem a escola, usarem a aula para palestras, carga horária restrita e falta de continuidade desta carga horária em outros anos.

CAPÍTULO 4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o histórico da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares até os dias de hoje e como a Arte Visual foi sendo inserida nos currículos deste histórico, bem como os relatos dos entrevistados realizados com os professores de Arte da rede, apresentados no capítulo II e as contextualizações dos capítulos I, é possível pontuar algumas considerações importantes.

Ao se analisar a evolução da Arte ao longo da história cultural da humanidade pode-se observar que a Arte é um conhecimento muito importante desde as civilizações primitivas, mas foi se distanciando como conhecimento necessário e importante na formação humana dentro dos espaços educativos.

Esse distanciamento no Brasil parece ter acontecido em função da hegemonia cultural de outros povos sobre a cultura brasileira, desvalorizando por muito tempo suas produções culturais e assim promovendo culturalmente nas comunidades escolares um olhar de pouca importância ao conhecimento de Arte para o desenvolvimento do educando.

Dessa forma, resistências sociais da família e outros profissionais, vivenciadas no nosso Município com relação à Arte como conhecimento para o desenvolvimento do educando, dificultaram o trabalho para aqueles que tentaram e tentam desenvolver o trabalho dentro desta vertente e também em uma de suas áreas a da Arte Visual.

Por muito tempo, apesar da LDBEN 9394/96 regulamentar a Arte como obrigatória, os currículos das escolas da Rede Municipal de Ensino só modificaram de Educação Artística para Arte em 2010, observa-se aqui como a garantia legal não torna realidade a sua aplicação, apenas favorece; inclusive em apenas três escolas do município atualmente aparece especificamente como Arte Visual, já que nas outras aparece através das oficinas de outras áreas de Arte.

Barbosa (2004) descreve que nos anos 80 e 90 houve maior investigação de propostas pedagógicas para favorecer os processos de aprendizagem dos alunos em Arte; as quais diante dos relatos parecem ainda não alcançar de forma significativa a Rede Municipal de Educação de Governador Valadares, principalmente pela grande falta de profissionais habilitados.

Apesar do entendimento e abertura da Rede Municipal de Ensino para a inclusão de Arte nos currículos, para além de apenas cumprir a lei, a sua permanência não tem se efetivado pela falta de profissionais habilitados, falta de profissionais principalmente porque Governador Valadares não conta com nenhum curso de Graduação ou Licenciatura de Arte.

Diante destes argumentos, podemos supor que a garantia legal alcançada com a LDBEN 9394/96 não proporcionou ainda uma garantia por práticas educativas significativas pela valorização da Arte no processo educativo, então no que se trata de Artes Visuais, ainda menos por ser apenas uma de suas áreas de conhecimento.

A Escola de Tempo Integral aponta ser um grande norte que favorece a esta valorização, abrindo espaço nos currículos para uma maior quantidade de carga horária nas escolas de Arte e assim sendo, para uma de suas áreas a Arte Visual.

Na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares quando se implantou a Escola de Tempo Integral isto ocorreu e podemos observar como a falta de profissionais habilitados tem sido um grande entrave.

Na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares esta mudança envolve também uma mudança cultural de maior valorização da Arte como um conhecimento importante para o desenvolvimento humano, com abertura de espaço significativo para todas as áreas da Arte, como também das Artes Visuais, aumentando sua carga horária ainda mais nos currículos e em conjunto uma formação de maior quantidade de profissionais habilitados que poderão sustentar esta valorização.

Esta é uma tríade importante que pode favorecer a garantia da lei, da valorização do conhecimento de Arte na educação, profissionais habilitados para lecionar a disciplina e valorização cultural da Arte na sociedade para o adequado desenvolvimento do educando.

Alcançar o equilíbrio desta tríade envolve vontade política e de todos os envolvidos no processo educativo, bem como a maior valorização da Arte e de todas suas áreas, inclusive da Arte Visual no contexto social e cultural de nosso país.

As práticas educativas de Arte na Educação Brasileira para serem modificadas também envolvem toda uma reestruturação de aprendizagens na formação dos educadores e de formação em serviço dos educadores que já estão atuando.

Essa reestruturação, por exemplo, envolve modificações na estrutura dos cursos de Graduação de Arte, bem como de Licenciaturas de Arte, com espaço nos currículos dessas graduações para a Arte-Educação, onde deve ser reavaliada a melhor forma de inserir a Arte nos currículos do Ensino Fundamental e médio.

Ao ser reavaliada a melhor forma de oferecer Arte nos currículos, deve-se também avaliar se permanece como tem sido e já proposto pelo PCN - Arte (1999) uma variedade de áreas da Arte sendo dada por um mesmo professor, que muitas vezes não consegue tratar de todas as áreas, ou se existem alternativas.

E as alternativas a serem propostas devem levar em conta se existe profissional habilitado e ou como vai se promover a condição de se formarem os devidos profissionais habilitados, para não se promover o oposto e acabar desestimulando as comunidades escolares em incluírem Arte nos currículos, para além do mero cumprimento legal.

Toda esta reestruturação nos cursos de graduação e pós, bem como atualizações e ou formações para os profissionais em serviço, deve buscar efetivamente uma significativa inclusão de Arte nos currículos escolares do Brasil pela garantia do direito cidadão de acesso aos bens culturais como descrito por Saviani (2000) sobre a educação para o século XXI.

Referências

Proença, Graça. *História da Arte* – 1ª ed. – São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL, Ministério de Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – ARTE)* - *Secretaria de Educação Fundamental* – Brasília: MEC / SEF, 1997.

BRASIL, Ministério de Educação. *LDBEN 9394/96*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>. Consultado em 18/05/2013 às 15h50min horas.

Barbosa, Ana Mae. *Arte, Educação e Cultura* - Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=84578. Consultado em 18/05/2013 às 15h30min horas.

BARBOSA, Ana Mae. *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Ana Mae, *A Imagem no Ensino da Arte*, São Paulo: Perspectiva, 2001.

BARBOSA, Ana Mae. *Tópicos Utópicos*. Belo Horizonte: C/ARTE, 1998.

SAVIANI, Dermeval. *Educação no Brasil: Concepção e Desafios para O Século XXI*, Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis03/art1_3.html Consultado em 18/05/2013 às 16h00min horas.

SADER, Emir. *Hegemonía y contra-hegemonía*, Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/Sader.rtf> Consultado em 18/05/2013 às 16h00min horas.

Anexo A – Declaração da Secretaria Municipal de Educação sobre a veracidade dos dados coletados



Prefeitura Municipal de Governador Valadares **Secretaria Municipal de Educação**

Av. Brasil, 2920 - 4º e 5º andares - Centro - Governador Valadares – MG
CEP: 35020-070 - Telefone: (33) 3271-6714 - Fax: (33) 3271-6716

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que são verdadeiros os dados abaixo coletados por Adriana Ramos Leite Tostes junto aos funcionários e arquivos da Secretaria Municipal de Educação:

- A Rede Municipal de Ensino oferecia nos anos 80, através de apenas cinco escolas urbanas e cinquenta e quatro escolas rurais, de salas isoladas, um atendimento por volta de 6.000 alunos do Ensino do 1º grau em um turno.
- A Rede Municipal de Ensino chegou aos anos 90 com vinte escolas urbanas e cinquenta e quatro rurais com um atendimento por volta de 9.700 alunos do ensino de 1º grau.
- Nesta época dos anos 80 o atendimento era organizado de 1ª a 4ª série do ensino do 1º grau e Educação Infantil pela Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares – SMEC.
- Havia também nos anos 80 o atendimento de 5ª a 8ª série do ensino do 1º grau e 2º grau, pela Fundação de Serviço de Educação e Cultura – FUNSEC, com cinco escolas, nessas também era oferecido o Ensino de 2º grau – Curso Técnicos com atendimento em média de 1.800 alunos.
- Todas essas escolas do município eram coordenadas e legisladas pelo Sistema Estadual de Educação em cooperação com o município como previa a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.
- Com a nova Constituição Federal de 1988, definindo as obrigatoriedades de gastos com a educação e as responsabilidades de cada esfera federal, estadual e municipal e com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ocorreu uma reestruturação na Rede Municipal de Educação de Governador Valadares como se segue:



Prefeitura Municipal de Governador Valadares **Secretaria Municipal de Educação**

Av. Brasil, 2920 - 4º e 5º andares - Centro - Governador Valadares - MG
CEP: 35020-070 - Telefone: (33) 3271-6714 - Fax: (33) 3271-6716

- Realização do primeiro Concurso público em 1991, até então os funcionários do município não eram concursados;
- A Fundação de Serviços de Educação e Cultura - FUNSEC deixou de ser responsável pelas escolas que atendiam de 5ª a 8ª série do ensino do 1º grau e 2º grau, que foi transferido para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC em 1991, sendo responsável apenas pela cultura e não mais pela educação;
- As escolas do município e a SMEC passaram a fazer parte de um Sistema Educacional Municipal autônomo do Sistema Educacional Estadual com a lei 4.506 de 02 de julho de 1998;
- O 2º grau não foi mais ofertado pelo município a partir de 1996;
- Grande aumento de oferta do ensino fundamental a partir de 1996, já iniciado a partir de 1991 com construção de novas escolas;
- Grande aumento de oferta de educação infantil com a construção de vários CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil e convênios com Creches Particulares a partir de 1998;
- Reestruturação no funcionamento da SMEC, tanto com relação à quantidade de pessoas e cargos, como também na forma de gerenciamento das ações a partir do ano de 1997.
- A reestruturação da SMEC foi conduzida a partir das necessidades que iam surgindo pelas novas atribuições do sistema.
- A primeira urgência foi ampliar a rede para garantir a Constituição de 1988 e a LDB9394/96, em proporcionar escola a todo aluno com faixa etária para o Ensino



Prefeitura Municipal de Governador Valadares **Secretaria Municipal de Educação**

Av. Brasil, 2920 - 4º e 5º andares - Centro - Governador Valadares – MG
CEP: 35020-070 - Telefone: (33) 3271-6714 - Fax: (33) 3271-6716

Fundamental e Educação Infantil, obrigatoriedade dos municípios.

- Nesta época as formações dos profissionais da educação ocorriam em cursos pontuais administrados pela SMEC, além de vários projetos em cooperação com o MEC e outros parceiros.
 - Em 2001 foi realizada uma reestruturação mais profunda em toda a estrutura da SMEC, com a lei complementar nº 035, de 03 de abril de 2002, que instituiu um Novo Plano de Carreiras dos Servidores da Administração de Governador Valadares.
 - Para que este novo plano de cargos e salários passasse a vigorar, a estrutura da Administração Pública Municipal foi toda remodelada com a Lei nº 4.940 de 21 de dezembro de 2001 e a partir desta lei a SMEC passou a ser Secretaria Municipal de Educação - SMED e a cultura passou a ser de responsabilidade de nova secretaria a Secretaria Municipal da Cultura, Esporte e Lazer – SMCEL.
-
- Atualmente a Secretaria Municipal de Educação de Educação – SMED enquanto sistema gerencia uma rede com sete Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI na zona urbana, vinte e uma escolas com Educação Infantil e Ensino Fundamental na zona urbana e vinte escolas na zona rural com atendimento integral de 4.691 crianças na Educação Infantil, 11.343 alunos no Ensino Fundamental, 2.999 alunos no EJA e incluídos na Educação Infantil e Ensino Fundamental a Educação Especial em todas as instituições com 438 alunos de acordo com o censo de 2013.
 - A partir da implantação da Escola de Tempo Integral em 2010 as formações oferecidas aos profissionais da educação das escolas



Prefeitura Municipal de Governador Valadares Secretaria Municipal de Educação

Av. Brasil, 2920 - 4º e 5º andares - Centro - Governador Valadares - MG
CEP: 35020-070 - Telefone: (33) 3271-6714 - Fax: (33) 3271-6716

deixaram de ter o caráter pontual e passaram a ser realizadas todo mês pelo técnico da área responsável ou pedagogo.

- A Arte foi incluída nos currículos na descrição que se segue.
 - Em 1991 foi realizado o primeiro concurso público como previa a Constituição e para o cargo de Professor de Educação Artística, só foi aberta duas vagas, por se ter na época apenas uma aula de Educação Artística nas grades curriculares em uma das séries de 5ª a 8ª série.
 - Em 1998 com o Sistema de Educação próprio do Município foi iniciado vários Projetos de Inclusão de Arte no currículo para além do que já existia.
 - A partir de 1998 em função dos estudos da LDBEN 9394/96 e vontade política abriu-se no município o espaço de Arte no currículo, a incluindo ministrada por professor específico regente de aulas, em todas as séries do ensino de 1ª a 4ª série como Educação Artística.
 - Essas escolhas por Arte nos currículos com Educação Artística em todas as séries do ensino de 1ª a 4ª série não permaneceram em todas as escolas e em muitas voltaram a ser ministrada pelo professor regente, pelo enxugamento da máquina administrativa e falta de profissionais, permanecendo em currículos de algumas, devido à existência dos profissionais concursados e efetivos.
 - Depois de 1991 foram realizados mais três novos concursos públicos, um em 1996, onde foram abertas mais duas vagas para Educação Artística e os que foram classificados tinham a escolaridade mínima de 2º grau, aceita no edital.
 - Em 2003 foram abertas dezesseis vagas e foram inscritos apenas quatro candidatos, dos quais, nenhum ficou classificado.
 - Em 2010 foram abertas oito vagas para Arte e oito vagas para Música, em Arte só passaram sete, assumindo apenas cinco e só



Prefeitura Municipal de Governador Valadares
Secretaria Municipal de Educação

Av. Brasil, 2920 - 4º e 5º andares - Centro - Governador Valadares - MG
CEP: 35020-070 - Telefone: (33) 3271-6714 - Fax: (33) 3271-6716

restam dois e para música apenas dois passaram que assumiram, mas não resta ninguém nestes cargos.

- Só a partir da LDB9394/96 que o professor necessitou ter curso superior para ser habilitado a dar aulas, tendo ainda o prazo de dez anos para se cumprir tal obrigatoriedade, assim sendo o concurso de 1991 e 1996 do município de Governador Valadares aceitava a escolaridade mínima de 2º grau para trabalhar com Educação Artística.
- Após todos estes concursos realizados na rede Municipal de Educação de Governador Valadares permaneceram atualmente apenas três profissionais concursados, onde um está afastado da sala e participando de um projeto na SMED, que não se relaciona a Arte e sim a Meio Ambiente, este prestou o concurso de 1991, o outro deste mesmo concurso já se aposentou e só restam os dois do último concurso de 2010, os demais pediram exoneração.
- Os currículos das Escolas do Município de Governador Valadares permaneceram até o ano de 2009 com a denominação de Educação Artística nos currículos e só passaram a Artes Visuais no ano de 2010 com a implantação da Escola de Tempo Integral.
- As aulas de Arte estão inseridas nos currículos escolares das escolas da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares como Arte Visual em apenas três escolas e nas restantes como dança, teatro, música, percussão, fotografia ou pintura dentro do Programa Mais Educação.

Dato e assino a presente declaração.

Governador Valadares, 01 de fevereiro de 2014.


Haruf Salmen Espindola
Secretario Municipal de Educação

Elizabete Aparecida de Carvalho
Secretária Municipal de
Educação Adjunta
Mat. 5.630